



Margarida Carragoso
Revisora Oficial de Contas n.º 1822

C
M

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **TERMALISTUR – TERMAS DE SÃO PEDRO DO SUL, E.M., S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 14.642.759 euros e um total de capital próprio de 4.089.178 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.717 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **TERMALISTUR – TERMAS DE SÃO PEDRO DO SUL, E.M., S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Margarida Carragoso
Revisora Oficial de Contas n.º 1822

C
S.

Ênfases

Chamamos a atenção para:

- 1) Nas notas 3.4, 12.2 e 16 do Anexo às Demonstrações Financeiras a Entidade divulga os impactos financeiros e de funcionamento decorrentes da pandemia do Coronavírus e as previsões em termos de faturação do primeiro semestre de 2022 de como a Pandemia poderá afetar o volume de negócios da Entidade. Na nota 16 do Anexo são também identificadas algumas incertezas causadas pela Guerra da Rússia e Ucrânia que irão afetar as transações da Entidade.
- 2) Na nota 17.5 do Anexo às Demonstrações Financeiras a entidade divulga que se encontram a decorrer processos de impugnação judicial, em sede de IVA e IRC, decorrentes de correções propostas pela Inspeção Tributária aos anos de 2010 e 2014, no montante global aproximado de 3.525.000€ (sem juros compensatórios e outras despesas legais). Conforme referido na nota 17.5 a Entidade já obteve decisão judicial favorável no Tribunal de primeira Instância, da qual houve recurso na impugnação judicial do IVA de 2010 a 2013. A Entidade não procedeu à constituição de qualquer provisão para fazer face aos exfluxos financeiros, em caso de perda, por os membros do órgão de gestão e a Advogada responsável pelos processos serem de opinião que a probabilidade da Entidade vir a ser condenada é remota.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



Margarida Carragoso
Revisora Oficial de Contas n.º 1822

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as



Margarida Carragoso
Revisora Oficial de Contas n.º 1822

divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

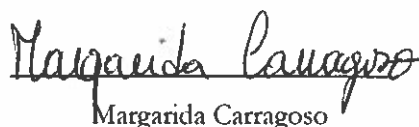
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.


Viseu, 30 de março de 2022




Margarida Carragoso

ROC n.º 1822, CMVM n.º 20170010

+ 351 92 66 83 777  margaridacarragoso.roc@gmail.com

 Rua do Regão Travesso n.º 6 3505-626 Mundão, Viseu

 230 696 333



Margarida Carragoso
Revisora Oficial de Contas n.º 1822

C
A

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas:

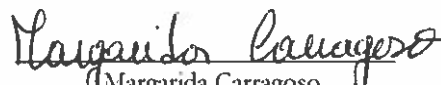
- 1- Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, apresentamos aos Ex.mos Acionistas o nosso Relatório sobre a ação fiscalizadora por nós exercida na empresa **TERMALISTUR – TERMAS DE SÃO PEDRO DO SUL, E.M., S.A.**, e o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que foram submetidos à nossa apreciação pelo Conselho de Administração.
- 2- Acompanhamos com regularidade o desenrolar dos negócios e diligências efetuadas pela empresa, tendo recebido do Conselho de Administração e dos serviços competentes os elementos necessários para o desempenho das nossas funções.
- 3- No cumprimento da nossa ação fiscalizadora, procedemos às verificações dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo efetuado os testes e outros procedimentos com a profundidade que julgamos adequada nas circunstâncias, tendo recebido dos serviços toda a colaboração solicitada.
- 4- Procedemos aos trabalhos de revisão legal das contas da entidade, tendo emitido o documento de Certificação Legal das Contas (art.º 420 n.º 1 alínea g) do Código das Sociedades Comerciais e do art. 52º n.º 1 a) do Decreto-Lei n.º 140/15 de 07 de Setembro) que aqui se dá como integralmente reproduzido, chamando especial atenção para os pontos 1 e 2 da secção das Ênfases da Certificação Legal de Contas.



Margarida Carragoso
Revisor Oficial de Contas n.º 1822

- 5- Considerando que o Relatório de Gestão descreve de modo claro a evolução registada pela empresa, tendo em atenção a referida Certificação Legal das Contas e dado que não tomámos conhecimento de violação à Lei e aos Estatutos, somos de parecer que:
- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração e referentes ao exercício de 2021;
 - b) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados;
 - c) A Assembleia Geral proceda à apreciação geral da Administração e fiscalização da sociedade, nos termos do artigo 376º e 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Viscu, 30 de março de 2022


Margarida Carragoso
ROC n.º 1822, CMVM n.º 20170010